

A PROPÓSITO DOS EXEMPLA MEDIEVOS¹

Maria do Amparo Tavares Maleval²

Qualquer reflexão menos apressada sobre o *conto*, que leve em consideração a questão das suas origens, tem sem dúvida que passar pela observação dos *exempla* medievos. Mas evidentemente que a sua importância não deriva apenas deste aspecto. Daí que pretendamos por ora observar, ao lado da sua eficácia retórica, e com esta relacionada, o desvelamento que promove do imaginário de uma época, sua mentalidade e valores — no caso presente, a Baixa Idade Média e o Franciscanismo em Portugal.

Pequenas narrativas encaixadas nos sermões, tinham por objetivo auxiliar a argumentação, tornando-a mais concreta, e dessa forma adequando a prédica aos ouvintes/fiéis menos ou nada eruditos. Colocavam-se, portanto, a serviço da persuasão do auditório para a(s) verdade(s) que se desejava firmar, uma vez que constituíam um eficiente meio de comção, condição imprescindível para o alcance da dita persuasão.

Eram, pois, elementos pertinentes à *ars praedicandi*, por ela “receitados”. Mas falar de retórica medieval implica em reportarmo-nos à retórica clássica, devido à grande dívida que apresenta particularmente para com tratados como o ciceroniano *De inventione* e o pseudo-ciceroniano *Rhetorica ad Herenium*. Neste último, um dos mais completos,

(1) Com este mesmo título realizamos palestra a 28/10/92, no Real Gabinete Português de Leitura do Rio de Janeiro, como parte do curso *O Conto nas Literaturas de Língua Portuguesa*. Intentamos com esta publicação documentá-la.

(2) Professora da Universidade Federal Fluminense

podemos ver que, no Livro IV, o *exemplum* aparece incluído nas “figuras de pensamento” e definido como “a menção de algo que se fez ou disse no passado, junto com o nome do agente ou autor”¹. Lembremos, com Heinrich Lausberg, que as “figuras de pensamento” — *sententiarum exornationem* — “afetam aos pensamentos (auxiliares), encontrados pelo sujeito falante para o desenvolvimento da matéria (do tema); são, por conseguinte, propriamente, objeto da *inventio*”². Por *inventio* entenda-se a descoberta dos pensamentos adequados à matéria do discurso³.

Feitas estas observações, voltemos à prédica medieval. Recordemos que consistia num discurso que tinha por finalidade a persuasão dos fiéis para o encarecimento de práticas morais e religiosas. E constituía-se de tema (bíblico), protema (invocação ou tema correlato), divisão do tema (pelas regras da lógica) e desenvolvimento das idéias. Aqui é que figuravam os *exempla*, ao lado de outros recursos a serviço da argumentação. Faziam-se imprescindíveis, repetimos, à prédica que se dirigisse a auditórios iletrados ou heterogêneos, uma vez que a tornavam mais palpável, para o que também concorriam as discussões dialéticas, as imagens e representações sensíveis. Como observa em nossos dias o historiador Jacques Le Goff, o *exemplum* medieval consistia numa história “breve, fácil de ser lembrada”, “um pequeno talismã que, se for bem compreendido e utilizado, deve trazer a salvação”, fazendo-se desta forma “a chave para o Paraíso”⁴.

Ora, sabemos que as Igrejas e os Mosteiros eram os repositórios e centros de irradiação da cultura da época. Daí que, mesmo que não queiramos ou possamos neste momento analisar os sermonários de então, é evidente que a sua presença pode ser rastreada em outros gêneros literários. Assim, e para só nos atermos à literatura portuguesa, já o provamos nas *Crônicas de Fernão Lopes*⁵. Assim podemos comprovar em tantos passos do teatro vicentino. Mas a obra que em Portugal oferece mais farto *corpus* neste campo é sem dúvida o *Orto do Esposo*, que remonta a fins do século XIV — inícios do século XV. O grande medievalista Mário Martins ora estabelece uma⁶, ora outra⁷ destas épocas. Mas firma, sem contradição ou dúvida, que ela “pertence ao grande ramo literário em que o *exemplum*, sob a forma de parábola, lenda, história, fábula, etc., domina o estilo e está no centro do desenvolvimento doutrinal”⁸.

Esta “jóia da prosa medieval que traz em sua portada o título seu tanto romântico”, no dizer do insigne filólogo Augusto Magne⁹, é de autor desconhecido e, ao que tudo indica, originalmente portuguesa:

Em seus Commentariorum de Alcobacensi mauscriptorum Bibliotheca libri tres, Coimbra, 1827, p. 571, sugere Fr. Fortunato de S. Boaventura a hipótese de ter sido copista ou talvez tradutor do Orto do Esposo um Fr. Hermenegildo de Tancos. Meras suposições a que falta qualquer apoio positivo: do suposto Fr. Hermenegildo nem consta que tenha existido, como não consta

da existência de original algum, em qualquer outra língua, de que o Orto do Esposo seria tradução portuguesa. Antes, tudo leva a crer que se trata de original português¹⁰.

Trata-se, pois, muito possivelmente, de obra anônima escrita à época do genial cronista Fernão Lopes, e que guarda estreito parentesco com a também coeva e anônima *Boosco Deleitoso*. Ambas têm por finalidade a ascese espiritual, fortemente influenciadas por Petrarca. Como também observara o Padre Magne, o seu primeiro Tratado — *do Nome de Jesus* —, “gira quase todo à volta do formoso sermão XV dos *Cântico dos Cânticos* ou *Cantares de Amor*, de São Bernardo (...) fonte igualmente explorada, entre outros, por Ludolfo Cartusiano em sua *Vita Christi*”¹¹. Mário Martins, no entanto, chama a atenção para o fato de que “há uma diferença, ao mesmo tempo grande e pequena, entre o horto deste livro e o dos Cantares. Temos de inverter, algumas vezes, a ordem do visitante e do visitado”. Vale dizer, nos *Cânticos* a *esposa* significa a alma, o horto onde se compraz o Esposo Divino, o Cristo. Enquanto aqui, “sobretudo no início, é a alma que se recreia (...) no horto ou jardim da Sagrada Escritura”¹².

Abrimos um parêntese para lembrar o grande prestígio do Franciscanismo nas cortes dos soberanos da época. Basta lembrarmos do decisivo apoio dos Frades Menores à Revolução que colocou no poder D. João I, inaugurando-se, então, uma nova Dinastia — a de Avis —, no final de Trezentos. Ou que, um século adiante, D. João II teria por confessor um franciscano que, ao que tudo indica, muito teria contribuído para o abrandamento das decisões finais da sua vida, quem sabe evitando uma possível guerra civil. E que a esposa do Príncipe Perfeito, D. Leonor, além de pertencer à Ordem Terceira de S. Francisco, tomou a iniciativa da publicação de obras como a *Vita Christi* e o *Boosco Deleitoso*, aliás figurando no verso do frontispício da ricamente ilustrada edição da *Vita Christi*, representada juntamente com D. João II, ajoelhada sob o crucifixo. Acrescente-se que a tradução desta obra, iniciada por autor desconhecido, foi levada a termo por um franciscano, Frei Bernardo de Alcoabaça. Bem como que franciscano é o tipo de doutrinação religiosa que perpassa a produção teatral de Gil Vicente¹³, válido da Rainha Velha, e teremos uma pálida amostragem da fecunda atuação político-cultural da Ordem, antes da hegemonia dos Jesuítas.

No que se refere ainda a aspectos contextuais, há sobretudo que ressaltar-se o culto então corrente do Nome de Jesus, também preconizado nas Laudes ou Cantigas Espirituais de Mestre André Dias. Filiava-se ao movimento de vulgarização da religião por parte da Igreja, que dessa forma buscava fazer frente às heresias que proliferavam por toda Europa. Incentivava-se, então, a criação de congregações laicas — como a do próprio Nome de Jesus —, com o intuito de serem conquistadas as

camadas populares para a Igreja. Da mesma forma, o latim era substituído pelas línguas romances na produção literária clerical, com o mesmo objetivo democrático — o de atingir a um público menos restrito e seletivo. E as procissões de *Corpus Christi* entravam em voga, tornadas mais atraentes pelas dramatizações que as cercavam.

Mas o *Orto do Esposo*, como as demais obras de mesmo gênero religioso e moralizador, embora determinado pelas preocupações democráticas lembradas acima, não poderia deixar de ter grande aceitação também por parte da fidalguia. E até pela marcada influência da Ordem Franciscana nas cortes de Avis, como lembramos. Prova disto são os exemplares encontráveis nas bibliotecas da época, pertença da nobreza. Arrolava-se, por exemplo, entre os livros de D. Duarte e do seu irmão e D. Pedro, o Condestável e Regente na minoridade de Afonso V.

Quanto à sua composição, divide-se em três tratados “diferentes e de extensão vária, coligados por certa unidade orgânica”, como já observara Magne¹⁴, correspondentes aos seguintes temas: do Nome do Esposo, do horto da Santa Escritura (dos seus proveitos e condições e do modo como deve ser lida e ensinada), e da vaidade humana. E, como era comum em obras do gênero, apresenta exemplos sucedendo à explanação teórica da doutrina, em cada capítulo. Tais *exempla*, cujas fontes foram estudadas por Bertil Maler, autor da edição crítica da obra¹⁵, têm por fonte “a história profana, apólogos, a novelística oriental, moralistas filósofos, críticos dos costumes, de mistura com o *Flos Sanctorum*, Plínio, os Padres do deserto, bestiários medievais, etc.”¹⁶.

Narrativas anteriores, orais ou escritas, são pois, atualizadas no *Orto do Esposo*. E, a partir dele, em antologias e mesmo obras posteriores, como, para só citarmos um caso, no conto *O tesouro*, de Eça de Queirós, que reproduz com variantes uma das suas historietas, apontando Mário Martins¹⁷ a possível fonte latina de ambas. Desvela-se, desta forma, o grande palimpsesto cultural que é a produção de textos através dos séculos. Um livro fala sempre, ou retoma a fala — velada ou desveladamente — de outros livros: é a lição que os intelectuais de hoje não se cansam de repetir, como, para só citarmos um exemplo, Umberto Eco¹⁸.

Já no Prólogo do Livro I¹⁹, o autor se refere aos receptores “simpleses” para os quais a obra foi composta, com o fito de proporcionar-lhes ao mesmo tempo prazer e proveito espiritual:

pera proueito e spi(ri)tual dilectaçom de todollos simplezes, fiees de Jhesu Christo, espicialmẽ te pera prazer e consolaçõ da alma de ty, minha irmãã e compan(h)eyra da c(asa) diuinal e hũanal... (p. 1).

Mas não se restringe a fazer “em (li)nguaem” um livro dos “fectos [ant]ygos e das façachas dos n[bres barõees] e das cousas marauilh[osas] do mudo e das propiedades das [animal]ias”, como lhe solicitara a

anônima “irmã à qual a obra era especialmente dedicada, para seu “[espaço] e solaz” na idade avançada. Acrescenta-lhes “das cousas cõteudas ãnas Escripturas Sanctas e dos dizeres e autoridades dos doutores catholicos e de outros sabedores e das façanhas e dos exemplos dos sanctos homẽes” (p.2). Daí conforme já observara Mário Martins, ser ela uma “obra complicada, erudita e cheia de historietas. Às vezes, parece-nos rebarbativa. Noutros casos, bastante imaginosa”²⁰.

Procede o autor também à explicação das metáforas do título, a começar por *Esposo* — “Jhesu Christo, que he esposo de toda fiel alma” (p. 2) —, e a partir daí para o primeiro termo, *Horto*, aliás bastante corrente na Europa medieval, até o século XVI, exitindo mesmo uma obra de tradução portuguesa quatrocentista denominada *Vergel de Consolação*. E revela-se a relação *orto/livro*, uma vez que

asy como emno orto ha heruas e aruores e fruitos e flores e especias de muytas maneyras pera delectaçõ e mâtimẽto e meezinha e cõsolaçõ das almas [dos homens] de qualquer condiçom (p. 2).

Reafirma-se, portanto, o seu caráter de deleitação e proveito espiritual, ao mesmo tempo mantimento e remédio para as almas. E explicita a faixa de receptadores a que o livro pode atender:

ca em este liuro achara o rrude cõ que se ensine e ho sages cõ que huse e o tybo cõ que sse acenda e o fraco cõ que se conforte e o efermo cõ que seia sãõ e o sãõ cõ que seia guardado em sua saúde e o cansado cõ que seia recriado, e o ffamii[n]to achara com sse mâtênha. Lea per este liuro o estudioso e achara cõ que se deleyte, lea o enfadado e achara com que sse demoua, [lea o] simpliz e achara com que sse ente[nda], lea o triste e achara con que se all[egre] (p. 2-3).

Mesmo ampliada a esfera de recepção, os “simpleres” aí se reiteram. Inclusive pela própria doutrina pregada, onde são encarecidos e tornados bem-aventurados, como na Bíblia. É o que podemos constatar inclusive no capítulo XL do Livro III, livro que se intitula “Falamẽto dos proueitos e cõdiçõões da Sancta Scriptura e de como deue seer leuda e emsinada”. Aí se encontra, dentre os exemplos citados na argumentação, a lenda recorrente no texto latino a que nos referimos anteriormente, bem como no conto do Vendedor de Indulgências de Geoffrey Chaucer, possíveis bases para a recriação queirosiana em *O Tesouro*²¹.

Neste capítulo, já as primeiras linhas denunciam a crítica aos arrogantes:

Os homẽes cobiiçosos da hõrra do mûdo teem por desonrra a simplizidade, nõ tẽẽdo mêtês ao proueito della. E nõ querem seer theudos por simplizes mas querem que os ayam por sages e percebidos em toda cousa do mûdo e arteyros (p. 237).

A *autorictas* de Santo Agostinho, como não poderia deixa de ser, é invocada, bem como a de São Gregório, para fundamentar tal crítica:

Sancto Agostinho: Nō he cousa mais rica que o barom simplez. Qual he a cousa mais rica que a simpleza que, asy com bōō padre de companhias, he auçdosa pera sy e he contēte da sua pureza? Nō demāda o alheo nē rrooe os fectos alheos nē se muda ameude ē artes desuayradas assy como a arteyrice que, por seer percebida, teme todas as cousas ne cree aos seus cōselhos mas reuoulue todas suas sentēças. Mas a simpleza nō sabe temor nehũa cousa. (...)

Sam Gregorio: Nō ha cousa mais bemauēturada que o coração simplez, o qual, porque he inocente a todos, nō teme de padecer nehũũ mal que lhe outre faça, ca a simpleza he hũa tal arte, que nō ha sospeyta que lhe outrē faça aquello que lhe nō lenbra que ella fezesse a outrē, mas per contrayro a maa vōtade arteyra senpre he ē trabalhos, ca ou anda molindo males que faça ou teme de lhos fazerem outros (p. 237).

Acrescenta o autor que “a simpleza despōõe o homē pera receber a palavra de Deus”, citando, dentre outros, Salomão, e São Paulo: “ca a sabedoria deste mudo he sandice ante Deus, porque scripto he: Eu comprehendí os sabedores ēna sua arteyrice” (p. 239). E conclui — lição que Eça de Queirós retoma, carregando-a de ironia — que os “homees sabedores”, “pensando que som seguros, ficam e uãão e perden-se, asy como see mostra per estes falamētos que se sseguem”.

O primeiro dos “falamētos” anunciados, ou melhor, exemplos, critica os presunçosos de saber e prever o futuro: o acontecimento narrado situa-se na cidade de Constantinopla, invadida por franceses e venezianos graças ao descaso dos seus habitantes, que se acreditavam protegidos por uma profecia. É interessante o trocadilho que ironiza o falho entendimento da mesma: “sua cidade avia de seer tomada pello angio”, interpretando-se “tomada” por adotada, protegida, posta sob a guarda do anjo, quando o que na verdade apontava era para o sentido bem mais concreto do termo, referente à cidade ser invadida pelo local em que existia um anjo representado. Assim, a profecia se cumpre com a entrada dos inimigos “pelo muro da cidade per hũũ luguar hu estaua hũũ angio pintado” (p. 239).

O segundo exemplo condena a trapaça dos “arteyros”, ineficaz diante da intervenção dos santos que protegem os justos. Trata-se da história de um barão que cobiça uma mulher “casta e boa” e planeja, para possuí-la, acusá-la, tornando-a devedora do valioso firmal de prata que colocara sob sua guarda, mas que ele próprio furtara e jogara ao mar, para assim incriminá-la e torná-la sua serva, podendo então usá-la como lhe conviesse. A “sancta uirgem, que auia nome Brigida” invocada pela vítima, intervem no caso em seu favor, e o firmal é recuperado no ventre

de um peixe que um pescador então pescara no mar. A mulher o restitui ao barão, “e assy ficou vãõ o seu pensameto e a sua arteyrice” (p. 239).

O terceiro exemplo critica a inoperância das prédicas eruditas para a conversão dos pagãos, mais valendo a sinceridade e a simplicidade das pregações: para tornar cristãos os ingleses, fora encarregado um bispo “leterado e muy sotil” enviado da Escócia. Este, “husaua desotilezas em suas pregações e nõ aproueitou nehua cousa”. Ao passo que “outro bispo de mais pequena leteradura, que husaua de exemplos e de simplezes falametos ã seu[s] sermões” conseguiu converter “a mayor parte dYngraterra”. A conclusão apoia-se na citação de São Basílio: “o Senhor Deus nõ oolha nõ tem mentes aas palauras mas ao coração e ama aquelles que o seruem em sinpleza de coração” (p. 240).

O quarto e último exemplo — justamente o que se pode entrever no “palimpsesto” queirosiano — exproba a astúcia e cobiça dos maus, punidos com a morte, ao passo que os bons, tornados sinônimos de simples, são recompensados com o tesouro. A historieta apresenta o seguinte trecho: quatro ladrões, fugindo da justiça, acabam por encontrar um tesouro numa edificação que servira mui provavelmente de tumba a algum homem “nobre e rico”. No meio das muitas riquezas em ouro, prata e pedras preciosas, “hũa copa muy fremosa e mayor que totalas outras” (p. 240). Para possuí-la um deles se expõe ao perigo de ir à vila “por uianda” (carne), que traz envenenada. No entanto, também a sua morte fora planejada pelos companheiros de modo insidioso. E ao entrar no “moymento” para apanhar a copa, como lhe indicaram os demais, o madeiro que sustenta as pedras é retirado, morrendo então “soterrado”. Quanto aos outros três, a peçonha lhes dá fim. Mas para tornar ainda mais eficaz o exemplo, a maldade, e artimanhas, dos personagens é contrastada com a bondade e desprendimento do papa “que auia nome Leom” o qual, no mesmo dia do acontecido, desejando dar esmolas para os pobres como era seu costume, o seu “despensero” lhe revela a pobreza total em que se encontravam, sem comida para si próprios e sem quem lhes emprestasse “nehũa cousa”. Então à noite um anjo lhe revela o acontecido com os ladrões, e “que mãdasse por aquelle auer pera dar aos pobres, assy como avia ã custume” (p. 241). E o capítulo se encerra com a invocação de São Paulo, para quem

a justiça do sinplez aderẽça a carreyra delle, e o maaõ cayra ã na sua maleza (...). E porẽm, como quer que os homẽs sinplizes seyam doestados por sandeus em este mũdo pellos homẽs mũdanos, nõ deuem porẽ seer tristes mas alegraren-sse cõ o Senhor Deus” (p. 241).

Faz-se, portanto, reiterada a apologia da simplicidade, ao lado da fé verdadeira e da generosidade. Se outras não eram as linhas mestras do Santo de Assis!... E comprova-se, desse modo, a acentuada influência

franciscana na cultura portuguesa quatrocentista, substituída nos tempos da Inquisição pela jesuítica.

Notas:

1. Apud MURPHY, James J. *La retórica en la Edad Media*. Trad. Guillermo Hirata Vaquera. México, Fondo de Cultura Económica, 1974, p. 379.
2. LAUSBERG, Heinrich. *Elementos de Retórica Literária*, Vers. esp. de Mariano Marín Casero. Madrid, Ed. Gredos, 1975. p. 177.
3. *Ibidem*, p. 32.
4. LE GOFF, Jacques. *A bolsa e a vida*. São Paulo, Brasiliense, 1989, p. 13.
5. Estamos nos referindo à nossa tese de Doutorado, intitulada *A Revolução pelos Ornamentos: Fernão Lopes*. São Paulo, USP, 1982.
6. MARTINS, Mário. *A Sátira na Literatura Medieval Portuguesa (séculos XIII e XIV)*. Lisboa, Instituto de Cultura Portuguesa, 1977, p. 125.
7. _____, *Estudos de Cultura Medieval*. Vol. II, Braga, Edições Magnificat, 1972, p. 45.
8. _____, *A Sátira na Literatura Medieval Portuguesa (séculos XIII e XIV)*. Ed. cit., p. 125.
9. MAGNE, Augusto. Introdução a *Orto Esposo*. Ed. crítica de Bertil Maler. Vol. I, Rio de Janeiro, MEC/INL, 1956, p. VII.
10. *Ibidem*, p. VIII.
11. *Ibidem*, p. IX.
12. MARTINS, Mário. Alegorias, Símbolos e Exemplos Morais da Literatura Medieval Portuguesa. Lisboa, Edições Brotéria, 1975, p. 213.
13. Desenvolvemos esta afirmativa, embora sucintamente como convinha à obra em que se insere, em MALEVAL, Maria do Amparo Tavares. "Gil Vicente". In *A Literatura Portuguesa em Perspectiva*. Vol I: Trovadorismo. Humanismo. São Paulo, Ed. Atica, 1992, p. 176-180 e 189.
14. MAGNE, Augusto. *Op. cit.*, p. IX.
15. Bertil Maler publicou em 3 volumes a sua edição crítica do *Orto do Esposo*. O vol. I apresenta o texto crítico, publicado no Rio de Janeiro pelo MEC/INL, 1956. Os volumes II e III compreendem estudos e comentários do texto, critérios da edição, glossário, etc, e foram publicados, respectivamente, no Rio de Janeiro, 1956, e em Estocolmo, 1964.
16. MAGNE, Augusto. *Op. cit.*, p. VII.
17. MARTINS, Mário, *Estudos de Cultura Medieval*, ed. cit., p. 45.
18. ECO, Umberto. *Pós-Escrito a O Nome da Rosa*. Trad. de Letizia Zini Antunes e Alvaro Lorencini. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1985, p. 20.
19. ORTO DO ESPOSO. Ed. crítica de Bertil Maler. Vol. I, Rio de Janeiro, MEC/INL, 1956, p. 1. Todas as citações posteriores pertencem a esta edição, e as páginas serão indicadas logo após as mesmas.
20. MARTINS, Mário. *Alegorias, Símbolos e Exemplos Morais da Literatura Medieval Portuguesa*. Ed. cit., p. 214.
21. Desenvolvemos uma reflexão sobre o dialogismo destes textos em estudo inédito intitulado *Um Tesouro Medieval Revisitado*.